

<b>Título</b>	<b>O peso da conta de luz na economia</b>
<b>Veículo</b>	<b>DCI, Página A2 - Opinião</b>
<b>Data</b>	<b>27 Jun 2008</b>
<b>Autor</b>	<b>Claudio J. D. Sales</b>

***É importante uma conscientização da real influência da tarifa de energia no cálculo do índice que mede a inflação***

O fantasma da inflação, que parecia ter sido condenado aos livros de História, volta a nos rondar. O Ministério da Fazenda acaba de admitir que a inflação ficará acima do centro da meta de 4,5% e já projeta um Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) de 4,74%.

Como os preços livres têm disparado, é importante iniciar um processo de conscientização da sociedade das reais causas do avanço da inflação e da influência da tarifa de eletricidade no cálculo do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, índice que mede a inflação oficial.

O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo é composto por nove categorias de preços, sendo que as quatro maiores respondem por 66% do total: Transportes (21,1%), Alimentação e Bebidas (20,4%), Habitação (13,6%) e Saúde e Cuidados Pessoais (10,6%).

A conta de luz aparece como um subitem da rubrica "Habitação", e seu peso é de 3,89%, sendo que apenas a tarifa de consumidores residenciais é considerada no cálculo.

Apesar dessa relativa baixa influência no cálculo do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, a tarifa de eletricidade é alvo predileto para ataques de desinformados ou mal-intencionados, que, se a conjuntura permitir, gostam de apontá-la como principal vilão da inflação.

Uma das explicações para essa atitude de baixa transparência reside no fato de que este é um preço regulado ou, como alguns preferem, "administrado". Tarifas de eletricidade não funcionam como outros produtos ou serviços que têm preço livre (alimentos, roupas, serviços pessoais etc).

Elas respeitam contratos de concessão firmados com o Estado brasileiro e são reguladas pela agência reguladora do setor elétrico, a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel).

No entanto, o caminho entre as regras dos contratos e o efetivo cálculo das tarifas pela Agência Nacional de Energia Elétrica é longo e depende de domínio técnico e boa dose de arbitragem do regulador, que precisa equilibrar os efeitos que os níveis das tarifas produzem no curto e longo prazo. O regulador deve permanentemente "calibrar" a balança entre governo (que tem legítimos interesses políticos ligados à tarifa), consumidores (que desejam a menor tarifa pela maior qualidade) e concessionárias de distribuição (que buscam uma tarifa que ofereça rentabilidade compatível com os custos, riscos e obrigações de seus contratos de concessão).

Qualquer governo, seja qual for sua orientação ideológica, sabe que inflação sob controle significa estabilidade, previsibilidade e, principalmente, manutenção do poder de compra das classes de menor renda, que têm poucos instrumentos para se proteger da alta dos preços. E nosso passado recente demonstra que eleições presidenciais são ganhas pelos candidatos que preservam o que é mais caro aos brasileiros: o bolso.

Assim, é importante não desprezar o legítimo interesse político do governo para manter a inflação controlada. E, diante da escalada dos preços livres, que funcionam pela Lei de Oferta e Demanda em escala global, há o constante risco de "concentração de esforços" de governantes para "segurar" preços administrados, incluída nessa categoria a eletricidade.

Cabe ao regulador identificar tais movimentos políticos e, tecnicamente, evitar que os interesses de governantes se transformem em pressões para reduções artificiais das tarifas administradas.

As últimas revisões tarifárias das distribuidoras de eletricidade revelam a tendência de compressão da conta de luz.

Sofreram reduções recentes em suas tarifas, dentre outras: AES Sul, Bandeirante, Caiuá, Celesc, Celpa, Celtins, Cemig, Cenf, Cocel, Coelba, Copel, Cosern, CPFL Paulista, CPFL Piratininga, Elektro, Eletropaulo, Energipe, Enersul, Escelsa, Light e Saelpa.

O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo divulgado em 9 de maio apontou redução de 0,49% para a parcela relativa à tarifa residencial de energia elétrica.

Segundo a própria Agência Nacional de Energia Elétrica, a tarifa residencial média no Brasil caiu de R\$ 294,91/MWh, em 2006, para R\$ 293,59/MWh, em 2007.

O setor elétrico tem contribuído para a redução do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo. Enquanto isso, o mundo enfrenta crise de abastecimento de alimentos, alta expressiva das commodities, e o barril do petróleo já cruza a barreira dos US\$ 130.

Fica, portanto, o alerta: se houver aumento do trigo ou de outros preços livres, não venham atacar a conta de luz, que, além de responder por menos de 4% do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, sofreu redução real nos últimos 12 meses. Do nosso lado, estaremos atentos às declarações dos governantes e às decisões dos reguladores sobre as tarifas de eletricidade e sobre os reais "culpados" pela disparada da inflação.

**Claudio J. D. Sales é presidente do Instituto Acende Brasil, entidade que promove a transparência e a sustentabilidade no setor elétrico brasileiro.**